

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ERRATA

Na Ata Circunstanciada da **1ª Sessão Extraordinária, de 8 de fevereiro de 2008**, publicada no DCL nº 59, de 8 de abril de 2008, página 65,

onde se lê:

(Expediente publicado no DCL nº _____, de ____/____/____, juntamente com a ata sucinta da _____ Sessão Ordinária.)

leia-se:

(Expediente publicado no DCL nº 25, de 18/02/2008, juntamente com a ata sucinta da 1ª Sessão Extraordinária.)

Publicação conferida no DCL nº 67, de 18/04/08
Servidor Luiz Matrícula: 117373+



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª
(PRIMEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 8 DE FEVEREIRO DE 2008

29

17

46 Jacarta

Publicação contida no DL nº 59, de 08/04/08
Servidor 4406 Número 178787



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão extraordinária, conforme convocação desta Presidência, publicada no Diário da Câmara Legislativa desta sexta-feira, dia 8 de fevereiro de 2008.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 25, de 18/ 02/2008, juntamente com a ata sucinta da 1ª Sessão Extraordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Leite apresentou memorando com a justificativa de sua ausência nesta sessão. Diz o seguinte o memorando:

“Senhor Presidente, de ordem do Deputado Chico Leite, venho, respeitosamente, comunicar a Vossa Excelência e aos ilustres Pares a impossibilidade de comparecimento do parlamentar à sessão extraordinária desta Casa, a realizar-se hoje, 8 de fevereiro de 2008, conforme convocação expedida nessa mesma data.

Informo, por oportuno, que ausência se deve à participação do deputado em reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, do qual é membro, convocada desde o dia 21 de janeiro de 2008, para o período de 10 a 18 horas.”

(Sic)

Quero justificar a ausência do Deputado Bispo Renato Andrade. S.Exa. já havia agendado uma viagem para este dia e, por isso, não pôde estar presente nesta sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Informo também que o Deputado Paulo Roriz está internado e pede que seja justificada sua ausência.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, faço uso desta tribuna para mais uma vez trazer a esta Casa um tema que envolve toda a sociedade e que culminou na convocação desta sessão extraordinária da Câmara Legislativa.

Trata-se de convocação para leitura de projeto que procura corrigir as diversas falhas que o Poder Executivo do Distrito Federal, em especial a Secretaria de Fazenda, cometeu no envio do IPTU para a população de Brasília.

Inicialmente, a intenção do Governo era aumentar o IPTU em 40%, mas, graças à intervenção da base do Governo, esse valor foi reduzido para um percentual em torno de 16%, que ainda assim é muito alto se levarmos em consideração a inflação acumulada nos últimos doze meses, o PIB do Brasil, o reajuste que os servidores públicos e também os da iniciativa privada estão recebendo, que é em torno 5%. Como se não bastasse a tentativa de praticar esse aumento abusivo, foi cometido um erro no cálculo desse imposto.

É interessante observar, Sr. Presidente, que quem governa esta cidade é o Governador e o Vice-Governador, que são fillados ao Democratas, partido este que, no Congresso Nacional, faz a defesa da diminuição da carga tributária. Mas aqui em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Brasília parece que o discurso foi esquecido. Não só em Brasília como também no Rio de Janeiro, cuja capital, Rio de Janeiro, também é governada por um democrata. Ocorre lá a mesma situação que está ocorrendo aqui em Brasília, uma revolta da população com o IPTU cobrado pelo Prefeito César Mala.

Então, Sr. Presidente, já que V.Exa. convocou esta sessão extraordinária, espero que a Câmara Legislativa não seja acusada, que este Poder Legislativo não seja acusado de morosidade na solução de uma crise que nós não criamos. Quem criou essa crise foi o Poder Executivo.

Espero que a imprensa que cobre o noticiário sobre esta Casa não queira mudar a ordem das coisas. Quem criou e quem está gerando essa crise é o Poder Executivo, mas quem está sendo chamado para tentar solucionar a crise é o Poder Legislativo do Distrito Federal.

V.Exa., Sr. Presidente, bem como os demais Parlamentares, estão de parabéns não somente pela convocação de hoje como também pela rapidez da votação, claro que preservando o direito de podermos avaliar com certa tranqüillidade o projeto. Temos de avaliá-lo com carinho, principalmente nós, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para que não cometamos o erro de termos um projeto aprovado com falhas, porque, se isso ocorrer, toda a responsabilidade da crise recairá sobre esta Casa e eu espero que isso não aconteça.

Vamos colocar os pingos nos seus devidos lugares. Quem errou e tem errado feio é o Governo do Distrito Federal. E não há somente o erro dos 5%, como estão querendo dizer, do desconto de 5%, porque foi correta a emenda da Câmara



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Legislativa. Tanto foi correta, que o Democratas, juntamente com os demais partidos desta Casa, ajudaram a aprovar a emenda do INPC dos últimos dois, três anos. Nós aprovamos o teto do INPC e nunca houve questionamento de ilegalidade por parte de ninguém desta cidade sobre a nossa emenda. Emendas de outros Parlamentares foram aprovadas aqui por consenso e nunca houve questionamento de ilegalidade. De repente, o Governo comete erro no cálculo do IPTU, manda o IPTU com quase 300% a mais, 40% a mais, desrespeitando o teto estabelecido por esta Casa.

O próprio cadastro imobiliário do Distrito Federal está defasado há anos e todo mundo sabe disso.

Ninguém sabe como o Governo está fazendo a correção do seu cadastro imobiliário, diz que puxou daqui e de lá e não há sequer provas de que isso aconteceu. Portanto, existe uma série de falhas na execução da cobrança do IPTU por parte do Poder Executivo. Quero registrar essas palavras, porque tenho certeza de que a Câmara Legislativa, na próxima semana, ao avaliar esse projeto, terá condições de reafirmar o INPC.

Quero chamar os Deputados para que aprovemos o INPC como limite máximo de reajuste para o IPTU. A população de Brasília espera que os parlamentares desta Casa tenham o devido respeito para com ela. Caso aprovemos na próxima semana a emenda do INPC, tenho certeza absoluta de que, apesar dos pesares, apesar de muitas coisas, das "forças ocultas" que muitas vezes se movimentam nesta cidade, não teremos como esconder a insatisfação da população com esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

E quero registrar que estou surpreso de o Governo mandar uma mensagem, e nela constar, inclusive, o desconto dos 5%, deixando parecer que foi o Governo que o está concedendo. Eu só espero que não saia nos jornais que é o Arruda quem está concedendo o desconto. Na realidade, esta Casa aprovou os 5% de desconto e iria derrubar o veto. Por esse motivo, o Governador do Distrito Federal está mandando a esta Casa uma mensagem reconhecendo que a Câmara estava correta, só que ele quer ser o pai da criança. Mas nós não temos problema com relação a isso. O que interessa a nós, como parlamentares, é aprovarmos uma proposta de IPTU decente.

Contudo, não há erros apenas no IPTU, mas também no IPVA. Aprovamos a emenda dos 5% de desconto do IPVA. Mas se esse desconto não vale para o IPTU, vale para o IPVA? O Governo precisa enviar o projeto do IPVA a esta Casa.

Eu gostaria de registrar que esta Casa tem a maioria Governista. São dezenove parlamentares que, assumidamente, definem o apoio à base do Governo, e temos que respeitar isso. O Governador Arruda foi eleito legitimamente, é o Governador desta cidade e devemos respeitar isso. Agora, nós somos Deputados de Oposição, pelo menos cinco Deputados são de Oposição, minoria absoluta. Votamos contra esse projeto que está trazendo todo esse transtorno. Já votamos contra uma vez e votaremos contra de novo, caso insistam no aumento dos dezesseis por cento mais alguma coisa, porque é um aumento abusivo, apesar de reconhecer o esforço da bancada do Governo, já que foi graças a essa bancada que se reduziu o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

percentual para os 16%. E foi graças, inclusive, a todos os Deputados daqui que conseguimos essa cláusula dos 5% de desconto.

Concluindo a minha intervenção, não posso aceitar, Sr. Presidente, que esta Casa não tenha poder para apresentar emendas aos projetos do IPTU, do IPVA, da Taxa de Limpeza Pública. Tanto temos, que a história do Distrito Federal mostra isso. O Democratas ajudou muito esta Casa a aprovar aqueles índices de INPC. Pena que mudou de opinião. Mas temos a chance de resgatar isso na próxima semana e apresentaremos a emenda do INPC, porque achamos que é justo para a população de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, não vou me deter muito, quero apenas me referir ao que o Deputado Paulo Tadeu disse.

As emendas aos projetos do IPTU e IPVA, que previam o desconto de 5% no pagamento à vista do valor desses impostos, têm origem nesta Casa, têm origem neste Parlamentar, mas foram assinadas também pelos Deputados Bispo Renato Andrade, Berinaldo Pontes, Brunelli, Cabo Patrício, Chico Leite, Cristiano Araújo, Eliana Pedrosa, Erika Kokay, Eurides Brito, Paulo Tadeu, Jaquellne Roriz, Reguffe, Rôney Nemer, Rogério Ulysses, Wilson Lima e Raimundo Ribeiro.

Exclusividade apenas Deus tem. Então, não quero ter exclusividade em nada. Essas emendas, como eu disse e vou repetir, não padecem de vício de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

inconstitucionalidade. E ontem eu usei um termo aqui: é mentira de quem disse que há inconstitucionalidade no projeto, para firmar o ponto de vista veemente de que esta Casa tem competência para apresentar emendas. Dizer que o Parlamentar não tem competência para apresentar emendas em um projeto é decretar a falência do Poder Legislativo, o que já discutimos. Isso não é verdade.

Então, não posso compactuar com essa posição do Legislativo, dos assessores que levaram o Governador a ser induzido a erro. O Governador não tem conhecimento técnico para isso.

Eu disse ao Deputado Leonardo Prudente que eu iria louvar a atitude do Governador, porque foi em razão dos protestos de ontem – S.Exa. teve o mês inteiro para fazê-lo e não o fez – que tomou a iniciativa de consertar algumas trapalhadas feitas no projeto do IPTU. Agora, remete a esta Casa o desconto de 5%.

O Governador gosta do contraditório; S.Exa. tem o costume de dizer isso. Parece que a culpa é da Câmara Legislativa, mas não é. Esta Casa teve a atitude corajosa, como disse o Deputado Paulo Tadeu e todos os Deputados concordam com isso, de enfrentar o índice que os técnicos do Governo queriam propor – em torno de 40%. Chegou-se a 16,58%, que é alto. Não vamos tapar o sol com a peneira. Sou da base do Governo? Sim, mas não estou proibido de dissentir, pois, no dia em que houver tal proibição, vou preferir estar fora desta Casa. Contudo, sugiro isso a V.Exas. com atuação pró-ativa. Não me nego a elogiar os pontos corretos do Governo, que tem avanços fantásticos, contrariamente ao que disse ontem o meu companheiro Deputado Cabo Patrício. Negar isso é negar a claridade do sol. Temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

que reconhecer esses avanços. Agora, proibir a base ou alguém da base de dissentir é decretar mais uma vez a falência do Legislativo.

Na reunião, Deputado Alírio Neto, eu disse a V.Exas. que um morador da quadra 18 do *Parkway* pagou por uma fração nua, no ano passado, R\$ 4.194,18 (quatro mil, cento e noventa e quatro reais e dezoito centavos). Neste ano – está aqui o carnê -, se não houver alteração, pois o Governador prometeu que enviará o projeto a esta Casa, esse valor será de R\$ 6.394,14 (seis mil, trezentos e noventa e quatro reais e catorze centavos). Há uma diferença de R\$ 2.199,96 (dois mil, cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos). Este morador a que me refiro sou eu. Imaginem V.Exas. o que acontecerá se o Governador não mandar para esta Casa o projeto com essas correções!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio o meu pronunciamento pelo final do discurso do nobre Deputado Milton Barbosa, quando menciona o que aconteceria se o Governo não tivesse mandado para esta Casa o projeto. O que aconteceria? Derrubaríamos o veto. É isso que ficou claro ontem, neste plenário, quando, inclusive, Parlamentares da base do Governo, posicionaram-se a favor de dar o desconto para a sociedade, para o contribuinte, dos 5%, porque esse artigo foi vetado pelo Governador Arruda. Isso tem que ficar claro. Enquanto a sociedade criticava a Câmara Legislativa pelos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

aumentos de impostos no final do ano, o Governo, com a sua sanha arrecadadora, e com a incompetência da Secretaria de Fazenda e Planejamento, cobrou dos contribuintes, inclusive, acima dos 16,58% aprovados por esta Casa, chegando a quase 300% de alguns contribuintes. Então, o Governo começou a receber da sociedade a responsabilidade por sua incompetência. E, mais que rapidamente, como disse o Deputado Reguffe, usando Maquiavel, o Governador Arruda manda para esta Casa um projeto concedendo desconto de 5% para parecer que é S.Exa. quem o está concedendo. O Governo precisa arrecadar, precisa de muito dinheiro. Novamente, voltará para esta Casa a responsabilidade, como se fosse ela a culpada pelo absurdo que se instalou no Distrito Federal, pois os contribuintes continuam nos postos da Secretaria de Fazenda enfrentando filas de cinco, seis horas, para comprovar que houve um aumento abusivo do Governo.

Não adianta o Governo dizer que está concedendo desconto ou que está mudando a alíquota para quem tem a valorização do imóvel de 1% para 0,3%, porque isso foi defendido, neste plenário, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, com as emendas apresentadas. Por isso, o Partido dos Trabalhadores, a companheira Deputada Erika Kokay, o companheiro Deputado Paulo Tadeu e o companheiro Deputado Chico Leite votaram contra o projeto, contra o aumento. Defendemos o aumento conforme o INPC de 4,53% e não esse abusivo de 16,58%.

É importante que o Governo arrecade. Talvez os nobres Parlamentares da base do Governo não tenham o conhecimento de que no GDF não há cartão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

cooperativo. No Governo Federal há. Em São Paulo, o PSDB gasta muito mais, em uma unidade da Federação, do que toda a União. Aqui, sem o cartão cooperativo, Águas Claras e a Secretaria de Governo do Exmo. Sr. Governador Arruda precisam de muito dinheiro, pois gastaram no Bar e Restaurante Thainá, que deve ser um bar excepcional do Distrito Federal, a quantia de R\$ 14.043,16 (quatorze mil, quarenta e três reais e dezesseis centavos). Está no Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO para quem quiser ver. Mas não foi pelo cartão cooperativo, claro, pois no GDF não há. Imaginem se houvesse. Com essa gana toda de arrecadação, quanto não seria gasto?

Mas não foi apenas nesse bar. Há outro. Dessa vez, foi a Secretaria de Saúde quem gastou. Talvez por isso a falta de compra de medicamentos. Esse dinheiro poderia ter comprado medicamentos para a sociedade. Inclusive, o Deputado Raad Massouh afirmou aqui ontem à tarde que não havia atendimento desde as 10h no Hospital Regional do Gama.

A Secretaria de Saúde gastou nada menos que R\$ 739,05 (setecentos e trinta e nove reais e cinco centavos), no Bar e *Self-service* Vila Boa, Deputado Cristiano Araújo. Também não foi pelo cartão cooperativo, claro. O GDF não tem cartão cooperativo. Isso explica essa gana do Governo em arrecadar. Daí porque ele deseja lesar os contribuintes, arrecadando para gastar sem freios.

Cabe aos Parlamentares desta Casa, aos vinte e quatro, não apenas à Oposição, a fiscalização dos gastos públicos do Distrito Federal. O Governo tira do contribuinte, mas tem de dar de retorno à população saúde, educação, segurança,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

geração de emprego e renda para a juventude. Senão, todo ano, seremos responsabilizados pelo aumento dos impostos e o Governo continuará gastando como quiser.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, servidores desta Casa, bom estar novamente nesta tribuna, voltar às atividades neste ano e trazer a V.Exas. essa discussão acalorada, mas tão importante e saudável à população, pois mexe com o bolso de todos nós: o IPTU.

Antes de me posicionar em nome da Liderança do Governo sobre essa questão do IPTU, registro, Deputado Cabo Patrício, que solicitarei as notas taquigráficas das ponderações feitas por V.Exa.

Este Governo tem tido o maior zelo em relação aos gastos públicos. S.Exa., o Governador, já deu, por muitas vezes, não apenas sinais, mas manifestações claras, com demissões de servidores, com abertura de sindicâncias, inclusive, com resposta no dia seguinte a uma posição manifestada pelo Deputado Reguffe,.

Não quero dizer se há uma nota fiscal no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) de um *self-service*, emitido pela Secretaria de Saúde. Somos todos testemunhas da campanha de vacinação contra a febre amarela feita, por muito tempo, nos finais de semana. Será que é possível convocarmos uma pessoa para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

trabalhar o dia todo sem dar a ela a opção de fazer sua alimentação? Será que esse dinheiro não foi gasto com essas despesas, Deputado Cabo Patrício?

Não é prudente afirmarmos que o dinheiro foi gasto de forma indevida sem antes obtermos as cópias do processo. Portanto, eu me proponho a trazê-las para esclarecer essa questão a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente, com todo o respeito que tenho pela bancada do PT e pela maturidade que tem o Deputado Chico Leite, que já está na sua segunda Legislatura, acho que o Partido dos Trabalhadores era um pouco mais *light*. Parece-me que, agora, a Liderança conta com uma pessoa mais esperta, mas o Partido dos Trabalhadores tem que se lembrar de que não pode transferir para o GDF os problemas que estão ocorrendo no Governo Federal com o cartão corporativo, que todos os ministros estão usando indevidamente. Portanto, o Partido dos Trabalhadores não pode descontar aqui o descontrole do Governo Federal. O PT tem que guardar essa munição para ser usada na Câmara Federal. Estamos discutindo aqui os problemas do Governo do Distrito Federal.

Uso este aparte para defender a aplicação dos recursos pelo Governo do Distrito Federal, que prestará contas - o que não está acontecendo lá, com o cartão corporativo. Estão, sim, querendo esconder os gastos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Agradeço o aparte do Deputado Wilson Lima.

Quero dizer aos senhores que o Governo do Distrito Federal enviou uma nota oficial de esclarecimento – que, para a imprensa, serão informações em regime de prioridade -, a qual diz que o GDF decidiu adiar o vencimento do IPTU e da TLP, e, conforme entendimento com a Câmara Legislativa, S.Exa. encaminhou um projeto de lei para aprimorar a cobrança do imposto.

O projeto enviado à Câmara Legislativa concede um desconto de 5% para quem pagar a parcela única do IPTU e da TLP até a data do vencimento, mantém o limite máximo do aumento em 16,58% sobre o imposto do ano passado e fixa para este ano a alíquota de 0,3% para os Imóveis residenciais que são utilizados para fins comerciais por prestadores de serviço. Todos os carnês do IPTU e da TLP serão re-emitidos aos contribuintes com os valores corrigidos, se for o caso. O vencimento da primeira parcela ou da parcela única foi adiado para 29 de fevereiro, e o prazo de pagamento das demais parcelas será mantido. Esclareço ao Deputado Reguffe que quem já pagou o carnê do IPTU e da TLP de 2008, integral ou parcialmente, será ressarcido ou terá as eventuais diferenças compensadas nas parcelas vindouras.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente, contribuo com V.Exa. deixando claro que o gasto da Secretaria de Saúde ocorreu no dia 13 de setembro de 2007.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

Faço esse esclarecimento, já que V.Exa. falou sobre a questão da febre amarela e nos trará depois a resposta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Sr. Presidente, creio que o IPTU deve ser avaliado em três pilares: a justiça fiscal, a justiça social e a questão política. Elas naturalmente permeiam e dão equilíbrio a essa questão do IPTU. Quantos e quantos debates esta Casa teve com o Governo, cuja primeira versão de aumento era da ordem de 40%? Quantas e quantas vezes eu, acompanhado de vários Deputados, discuti com a equipe técnica da Secretaria de Fazenda que não era possível o contribuinte assumir valores da forma como era proposto? Chegamos a um valor ainda alto, mas que tem um teto, Deputada Erika Kokay, de 16%.

Vou fazer novamente a conta, porque o Deputado Paulo Tadeu não está presente. A luta do INPC foi uma luta dos democratas e eu reconheço isso, Deputado Wilson Lima, porque realmente foi um luta de todos nós, desta Casa.

Vejam bem: agora temos valores mínimos e máximos, de 0 a 16%. Temos uma média de 8% na cobrança do IPTU, que ainda é muito, Deputado Raad Massouh, para uma situação de inflação baixa com a estabilidade. Ora, se a média é de 8% e temos 5% de desconto, haveria uma média de 3%, que é menor ainda do que aquela conta do INPC colocada pelo Deputado Paulo Tadeu.

O Governo, neste momento, não apenas trabalha com a justiça fiscal, mas com a justiça social. E, para terminar, a grandeza de um governante não se mede



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

apenas pelos seus atos, leis e pelas suas decisões, Deputado Milton Barbosa, mas pela sua capacidade de reconhecer as próprias limitações, falhas e até mesmo os erros.

Por isso, o Governador Arruda entendeu e assumiu a responsabilidade pelos erros cometidos pela Secretaria da Fazenda na impressão dos carnês e vem a público fazer a correção e trazer para a Câmara Legislativa do Distrito Federal o que foi acordado com esta Casa, que era o desconto de 5% para o contribuinte que quisesse pagar à vista. Havia dúvidas, Deputado Milton Barbosa, em relação à legalidade ou não da emenda apresentada pela Câmara e eu, como Parlamentar, entendo que esta Casa tem, sim, a prerrogativa e o poder de emendar questões de natureza tributária.

Agora, a Procuradoria alega que não havia previsibilidade na LDO. Realmente não há; portanto, há uma lacuna e uma sombra na questão da legitimidade ou não da emenda apresentada, ou seja, ela poderia até mesmo ser questionada no futuro, se derrubada fosse. Esse é o desejo de todos nós. Se essa posição fosse mantida, certamente iríamos derrubar o veto do Sr. Governador.

Com a sensibilidade que hoje tem norteado não só o Governador, mas também a sua equipe, e reconhecendo a grandeza do seu gesto, cumprimento o Governador e toda a sua equipe pelo encaminhamento dessa mensagem à Câmara, que avança em relação à proposta original não apenas no desconto, mas na definição do limite e também na oportunidade daquelas pessoas que têm imóvel residencial e o usam para pequenos serviços de fazer a opção pela alíquota do imóvel residencial, que é de 0,3%.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

Então, trata-se de avanços significativos e, certamente, esta Casa não se furtará do seu dever constitucional de atender a população, que espera isso de todos nós.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa. Em seguida, concluirei, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, muito obrigado pelo aparte concedido. Aproveito para parabenizar V.Exa. pela postura e pela forma com que está esclarecendo a situação do nosso Governo e do Governador Arruda.

Entendi como V.Exa. a ponderação feita pelo Deputado Cabo Patrício de que a Secretaria havia feito uma despesa de R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais). Eu jamais imaginei que essa despesa tivesse ocorrido em setembro do ano passado, conforme afirmou S.Exa.

Ora, todos entendemos que essa afirmação seria para hoje, e a sua resposta sobre a campanha da febre amarela foi muito oportuna e muito bem colocada. Da mesma forma, a despesa apresentada para o Governador Arruda, de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Eu gostaria que ele dissesse quando foi e quantas pessoas estavam, porque todos sabemos que existem reuniões e trabalhos que envolvem muitas pessoas e, se muitas pessoas fazem o trabalho em um local, com certeza, a conta ainda está razoável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

Eu gostaria que o Deputado Cabo Patrício não só chegasse aqui no plenário, na tribuna, acendesse o pavio e corresse para o cafezinho. Acho que S.Exa. deveria vir a esta Casa, expor a situação e permanecer aqui para escutar a resposta em defesa do Governo.

Parabenizo V.Exa e, em nome do Governador Arruda, acho que foi muito nobre a posição do Governador de admitir que houve uma falha, tentar recuperá-la e reavê-la para que a comunidade não fique em prejuízo.

Quando o Deputado Cabo Patrício disse que o Governador está aproveitando para dizer que foi mérito dele os 5% de desconto, tirando o mérito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu não entendi dessa forma. Entendi que o Governador realmente viu que havia um acordo de 5%, feito por nós Deputados, e está simplesmente enviando Mensagem a esta Casa a fim de que esse acordo seja revisto.

Eu gostaria de parabenizar o Governador Arruda por essa atitude honrosa de quem realmente tem capacidade de reconhecer que houve alguma falha na Secretaria de Fazenda e de rever toda essa situação.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Obrigado, Deputado Raad Massouh. Eu, então, encerro aqui as minhas palavras e espero que possamos refletir no nosso final de semana e avaliar o conteúdo da Mensagem encaminhada pelo Sr. Governador, para que na próxima semana possamos dar uma resposta à população do Distrito Federal, tranquilizando-os em relação a essa questão do IPTU.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

A você, contribuinte que está nos assistindo pela *TV Distrital*, informo que na segunda-feira não haverá necessidade de efetuar o pagamento do IPTU. Todos os carnês serão reimpressos com a prorrogação do prazo para o dia 29, e as eventuais correções serão feitas no próprio carnê.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 25, de 18/ 02/ 08, juntamente com a ata sucinta da 1ª Sessão Extraordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu votei contra o aumento do IPTU por considerá-lo exorbitante e abusivo: um aumento de 16,58% contra uma inflação no período de 4,5%.

Eu gostaria de começar este meu pronunciamento perguntando a todos os presentes, aos que estão nos assistindo pela *TV Distrital*, a todos os Deputados, aos servidores da Câmara Legislativa, às pessoas da imprensa e às pessoas que estão na galeria se os senhores consideram justo um aumento de imposto além da inflação. Nós temos de buscar aqui, de acordo com nossa responsabilidade e senso de justiça, o que é justo. Será que é justo o Governo aumentar imposto além da inflação? É essa a pergunta que faço. Eu gostaria que todos fizessem essa reflexão em suas consciências. Mas o Governo parece que realmente leu bem Maquiavel. Ontem, eu achei que o Governo havia feito uma graduação em Maquiavel. Mas não, o Governo tem doutorado em Maquiavel, que diz que se faz a maldade de uma só vez e o bem aos pouquinhos. Provavelmente o Governo acha que aumentando o IPTU agora, daqui a três anos as pessoas já esqueceram. Possivelmente seja este o entendimento do Governo: daqui a três anos as pessoas já esqueceram. E ainda irá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

usufruir desse aumento nos próximos três anos. O aumento que deveria ser dado a cada ano foi dado todo de uma vez. As pessoas esquecem. É assim a memória coletiva.

Mas eu me pergunto: será que é justo? É sempre essa a pergunta que eu me faço desde que tomei assento nesta Casa pela procuração que a população do Distrito Federal me concedeu.

E agora o Governo faz a bondade de colocar o desconto de 5% para quem pagar à vista. É uma bondade isso. Temos que agradecer ao Governo.

Ora, gente... Bom, pelo menos fez. Só que o aumento continua muito além da inflação. Continua abusivo, extorsivo, exorbitante!

Em Florianópolis, o desconto para quem pagar à vista é de 20% (vinte por cento); em Fortaleza, 20% (vinte por cento); em Porto Alegre, 10% (dez por cento); em Goiânia, 10% (dez por cento); em Salvador, 10% (dez por cento); em Belo Horizonte, 7% (sete por cento); no Rio de Janeiro, 10% (dez por cento); em São Paulo, 6% (seis por cento); em Cuiabá, 10% (dez por cento); em Recife, 10% (dez por cento). No Distrito Federal, o desconto é menor do que em todas essas cidades.

O Governo também tem coisas boas. Eu tenho a obrigação de aplaudir. Agora, o que não me parece justo eu tenho obrigação de criticar. E, na minha opinião, esse aumento do IPTU é um escárnio com o contribuinte do Distrito Federal. Ele é abusivo e exorbitante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que houve um desrespeito com a Câmara Legislativa. Não é a primeira vez.

Durante o mês de janeiro, o Presidente do BRB, que ainda não foi sabatinado por esta Casa, deu uma longa entrevista no jornal *Correio Braziliense* como se já fosse presidente efetivado. Em nenhum momento ele se referiu à sua interinidade. Houve um desrespeito naquela ocasião com esta Câmara Legislativa ao não considerar que um presidente só pode ser presidente de fato se for sabatinado por esta Casa e aprovado o seu nome para ocupar aquele posto.

Sr. Presidente, houve mais um desrespeito à Câmara Legislativa por parte do Governo do Distrito Federal ao negar a implementação de um teto de 16,58% aprovado por esta Casa. Como se negou a implementar também um desconto de 5% para o pagamento à vista, também aprovado por esta Casa.

Aqui me vem o Líder do Governo e fala de justiça social. Eu me pergunto: que justiça social há em um imposto que foi aumentado em 16,58% quando o INPC do ano não chega a 5% ou gira em torno desse valor?

Pergunto-me que justiça social é essa em 16,58% de reajuste máximo que se tem. E me pergunto muitas vezes qual foi a lógica do Governo para ter provocado os aumentos abusivos que vitimaram os nossos contribuintes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

Digo isso, Deputado Cabo Patrício, porque talvez o erro não seja formal. Talvez o Governo tenha realmente essa intenção, na sua sanha de arrecadar, a qualquer custo, às custas do contribuinte, valores tão exorbitantes.

Por isso eu digo que esta Casa só pode aprovar o projeto que aqui foi lido hoje se tivermos acesso às planilhas de reajustamento desse imposto do ano de 2007 para o de 2008, imóvel por imóvel! Imóvel por imóvel! Porque se não for assim, que segurança vamos ter nós, se o inconsciente deste Governo não se faz agir e se o aumento se dá na proporção que aconteceu neste ano?

Também é preciso que fique claro que, para o Governo - aqui me disse o Líder do Governo, ao elogiar este fato -, os imóveis edificados residenciais utilizados para fins comerciais tenham de responder a uma alíquota de 0,3%. E pergunto-me: onde estão os imóveis mistos? Os imóveis mistos, que servem para residência e para comércio e pagam a maior alíquota, não estão contemplados aqui. Imóveis que estão nas cidades. Estão em Ceilândia! E são de uso misto. Mas não estão contemplados aqui pela alíquota de 0,3%!

Esse artigo contemplará seguramente os imóveis residenciais utilizados para fins comerciais aqui no Plano Piloto, nos Lagos! Mas não os de São Sebastião, de certo! Mas não os de Ceilândia, do Riacho Fundo ou do Recanto das Emas, de certo! É preciso que justiça seja feita também para as pessoas dessas cidades que estão nessa situação.

Para além disso, nós aprovamos aqui uma lei de minha autoria que fala do inverso, Deputado Rogério Ulysses: das pessoas que usam imóveis comerciais para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

fins residenciais e pagam uma alíquota maior. Um projeto que trata da Taxa de Limpeza Pública e foi vetado por este Governador. É hora do inverso: que as pessoas que usam Imóveis comerciais para finalidades residenciais também possam ser contempladas com essa redução de alíquota.

Portanto, eu quero dizer que, por mais que eu procure entender o que aconteceu na Secretaria de Fazenda, não consigo compreender ou ter clareza sobre essa "lógica" que fez o contribuinte ter até 400% ou 40% de reajuste, essa "lógica" que levou o contribuinte a ficar cinco, seis horas na Receita para corrigir essa injustiça imposta contra ele. Essa "lógica", ela não consegue ser depreendida.

Por isso, há a necessidade de acompanharmos as planilhas! E termos essas planilhas! Que o Governo faça isso imediatamente! Esta Casa precisa analisar essas planilhas! Porque digo eu: se não conseguimos explicar pela Matemática, se não conseguimos explicar pela Lógica formal, talvez Freud explique!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses, último orador inscrito.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu procurei ouvir atentamente as falas de todos que me antecederam.

Um dos aspectos que chama muito a atenção quanto aos impostos e muitas vezes indigna o cidadão é a sensação de pagar o imposto e não ter como retorno os benefícios que esse imposto deveria significar em sua vida. IPTU, IPVA, que são impostos diretos, sem contar a carga tributária indireta - ICMS... -, enfim, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

sobrecarregam a vida do cidadão. Isso causa no cidadão indignação e raiva de pagar o imposto e não ter asfalto decente para circular, vagas nas escolas, vagas nos hospitais, medicamento... Enfim, não ver o retorno do imposto pago.

Talvez resida aí a grande indignação da sociedade em relação a todos os impostos!

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Deputado.

É só para dizer a V.Exa., Deputado Rogério Ulysses, ao Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, aos nobres Pares desta Casa e à imprensa que, neste momento, no Posto da Receita da 513 Norte, encontram-se aproximadamente mil pessoas pedindo para haver a correção dos carnês do IPTU.

O Governo devia ter acelerado e se antecipado para que essas mil pessoas não estivessem agora nesse posto da Receita, procurando uma orientação e um esclarecimento em função desses carnês errados que foram enviados para suas residências.

Deputado Rogério Ulysses, eu gostaria ainda de dizer a V.Exa. que a Deputada Erika Kokay, o Deputado Paulo Tadeu e eu vamos até aquele local para manter um contato direto com os contribuintes e orientá-los a esse respeito.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para não perder a lógica do que eu falei, quero dizer que esta talvez seja a grande indignação não só do povo de Brasília, mas do povo do Brasil, que é sobretaxado de maneira impressionante, é sobrecarregado de impostos: não ver esses impostos retornarem como benefício social.

Agora, esta Casa – e é bom que isto fique claro! -, esta Câmara fez o seu papel! Esta Casa, ao aprovar o projeto de lei do IPTU, conseguiu uma redução! Lutamos por uma redução ainda maior, mas só conseguimos chegar ao teto de 16%. Partiu desta Casa, de uma emenda de um Parlamentar, a proposta de desconto de 5% para quem pagasse o imposto à vista! É bom que isso fique claro, porque eu acredito que nós temos de fortalecer ainda mais o Poder Legislativo.

O gesto do Governador de reconhecer seu erro e tentar ser rápido na solução do problema também tem que ser reconhecido por esta Câmara! Ao se reunir hoje, realizar uma sessão extraordinária, demonstrar Interesse, por mais diferenças que existam entre os partidos, Esta Casa, o Poder Legislativo do Distrito Federal, demonstra interesse em solucionar o problema! E não ficar em uma queda de braço com o Governo simplesmente.

Nós não estamos aqui “com a lupa e o canhão”! A lupa para encontrar a falha e com o canhão para destruir todo o sistema. Não! Nós estamos aqui com uma postura propositiva. Uma postura de preocupação com a sociedade. E esse processo que envolve IPTU, ele tem que ser “zerado”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

Essa confusão que foi feita na cabeça do contribuinte do Distrito Federal, essa convocação para o contribuinte ir até os postos e rever seus dados talvez tenha sido o segundo maior erro que tenha acontecido em todo esse processo. O primeiro foi realmente a geração de carnês que vieram com valores absurdos. E talvez o segundo seja essa convocação da sociedade. Porque aí gerou-se confusão e indignação ainda maiores para as pessoas que têm de se submeter às filas e sair de seu conforto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir minha fala, quero parabenizar o Poder Legislativo! É prerrogativa desta Casa propor emendas. E ao propor emendas, nós não queremos desqualificar a proposta de qualquer governo. Nós queremos propor a melhoria dos serviços prestados à população!

Outro fato interessante de ser registrado é a mobilização popular que ocorreu no Distrito Federal. Essa ação popular e democrática sensibilizou o Governo para, neste momento, dividir conosco a responsabilidade de solucionar essa que talvez tenha sido a maior crise enfrentada por este Governo desde o seu início. E nós, Poder Legislativo, Casa legislativa, representantes do povo do Distrito Federal, contribuimos para solucioná-la.

E eu ainda acho que é possível, nessa proposta de IPTU, fazer um recorte social em que as comunidades mais carentes paguem menos do que as mais abastadas. Esta, sim, seria uma lógica justa para qualquer imposto.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 02 2008	16h45min	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência, na forma do art. 120 do Regimento Interno desta Casa, convoca os Parlamentares para sessão extraordinária no dia 11 de fevereiro de 2008, às 15h, neste plenário, com pauta a ser definida.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h41min.)